

**Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
(Companhia aberta)**

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2015
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra - SA, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

A Concessionária Rodovia Presidente Dutra (“CCR NovaDutra” ou “Companhia”) foi constituída em 1995 e tem por objetivo exclusivo a exploração da ViaDutra, seus respectivos acessos, execução, fiscalização e gestão dos serviços delegados, complementares e de apoio aos serviços não delegados, nos termos do “Contrato de Concessão” com a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, celebrado em decorrência do edital nº 0291/93 para a concessão da Rodovia Presidente Dutra.

A rodovia cobre o trecho de 402,2 quilômetros da ViaDutra (BR-116). A ViaDutra é considerada o principal corredor entre as duas mais importantes áreas metropolitanas do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo. A ViaDutra é uma rodovia federal com trechos urbanos, sendo dividida de forma convencional com duas faixas em cada sentido e com acostamentos pavimentados. Em alguns trechos, o acostamento foi convertido numa terceira faixa para caminhões lentos ou como faixa de aceleração ou desaceleração. Nas áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, há rotas paralelas à via expressa principal para o tráfego urbano mais lento.

A ViaDutra contém seis praças de pedágio, quatro estações de pesagem fixas e quatro bases para balanças móveis, um centro de controle operacional e onze bases de atendimento ao usuário. O prazo da concessão é de 25 anos, até 1º de março de 2021, de acordo com a outorga do governo federal, então representado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (“DNER”), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”).

O número de veículos pedagiados em 2015 foi de 91.497.697 e em veículos equivalentes 137.015.114.

Quase a totalidade de nossa receita advém da cobrança de pedágios na ViaDutra. Em 2015, 97,92% da nossa receita total adveio da cobrança de pedágio e 2,08% de outras receitas.

1.3. Destaques do ano de 2015

Destaque financeiro

Em 10 de abril de 2015, foi realizada junto ao FI-FGTS a 4ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal de R\$ 610 mil.

Dividendos

No dia 29 de abril de 2015, os acionistas da Companhia aprovaram, em ARCA, a distribuição de dividendos no valor de R\$ 14.026. Foram distribuídos também JCP no valor de R\$ 7.000.

No dia 27 de outubro de 2015, os acionistas da Companhia aprovaram, em ARCA, a distribuição de dividendos no valor de R\$ 10.667, relativos aos lucros apurados entre 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015, no valor de R\$ 109.085.

No dia 29 de dezembro de 2015, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembléia Geral Extraordinária o destaque de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 26.098, que serão pagos até 31 de dezembro de 2016, conforme vier a ser deliberado oportunamente.

Destaque operacional

Em 2015, a Rodovia Presidente Dutra atingiu o menor índice de vítimas fatais desde 1996, ano em que a CCR NovaDutra assumiu a sua administração. Neste período, as mortes na via Dutra foram reduzidas de 520 ocorrências, registradas em 1996, para 140, registradas em 2015, o que significa queda na ordem de 73%. As estatísticas são ainda mais favoráveis considerando o aumento progressivo do volume de tráfego na rodovia neste período, chegando a uma redução de 79% no índice de mortos.

2. Estratégia e Gestão

2.1. Governança Corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor de Operacional.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembléia Geral Extraordinária, da Companhia.

Diretoria Executiva

Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.

Nossos Diretores são responsáveis pelo dia-a-dia de nossa administração e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, nossa Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operacional, conforme estatuto social da Companhia.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Ascendino da Silva Mendes. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia Presidente Dutra (BR 116 SP/RJ) km 184,3, Bairro Morro Grande, Santa Isabel, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico pode ser contatado no telefone (11) 2795-2401 ou pelo e-mail cvm.novadutra@grupoccr.com.br.

Conselho Fiscal

De acordo com o nosso Estatuto social, nosso Conselho Fiscal não é permanente, devendo ser instalado, a pedido de nossos acionistas, de acordo com a Lei nº 6.404/76. Atualmente, a Companhia não tem Conselho Fiscal instalado. Quando instalado, o Conselho Fiscal, deve ser composto de três membros efetivos e igual número de suplentes.

Para o exercício social de 2015, a Proposta da Administração, propôs a Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 16 de abril de 2015 a não aprovar a instalação do Conselho Fiscal.

Maiores informações e detalhes sobre a atuação da CCR no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.ccr.com.br/investidores.

2.2. Gestão de pessoas

A CCR controladora da Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Atualmente a CCR NovaDutra, realizou 11 treinamentos e capacitações internas para os seus 1490 colaboradores.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

3.1. Mercado

Nossas operações estão localizadas no Brasil e, portanto, as condições econômicas e políticas brasileiras podem afetar adversamente nossos negócios, tais como aumento na taxa de inflação, CDI, ausência de crescimento econômico interno, instabilidade social, política monetária, entre outros.

3.2. Desempenho da CCR NovaDutra

- A Receita líquida operacional (sem receita de construção) alcançou R\$ 1.089.434 (+1,55%);
- O Lucro líquido atingiu R\$ 154,7 (-27,47%);
- O EBITDA atingiu R\$ 560,7 (-5,51%);
- O EBIT atingiu R\$ 342,9 (-13,61%).

Em R\$ mil	2015	2014	Var. %
Receita líquida	1.211.877	1.287.233	-5,85%
Receita de pedágio	1.168.369	1.150.439	1,56%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	122.443	214.413	-42,89%
Outras receitas	24.679	24.410	1,10%
(-) Deduções da receita bruta	103.614	102.029	1,55%
(-) Custos e despesas (a)	869.002	875.199	-0,71%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	122.443	214.413	-42,89%
Demais custos e despesas	746.559	660.786	12,98%
EBIT (b)	342.875	412.034	-13,61%
Margem EBIT	28,29%	32,01%	-3,7 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	31,47%	38,41%	-6,9 p.p.
(+) Depreciação/amortização	217.803	181.366	20,09%
EBITDA (b)	560.678	593.400	-5,51%
Margem EBITDA	46,27%	46,10%	0,2 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	63.535	60.892	4,34%
EBITDA ajustado	624.213	654.292	-3,13%
Margem EBITDA ajustada (e)	57,30%	60,99%	-3,7 p.p.
Lucro líquido	154.736	213.344	-27,47%
Dívida bruta	876.469	890.950	-1,63%
Investimentos	137.512	232.806	-40,93%
Veículos equivalentes (em milhares)	137.015	149.860	-8,57%

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item “k”) e 17 – Provisão de manutenção.
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.

3.2.2 Receita operacional consolidada

A receita de pedágio em 2015 totalizou R\$ 1.168.369 (+ 1,56% sobre 2014) e representou 97,93% do total da receita operacional (sem receita de construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência do reajuste tarifário ocorrido em

agosto de 2015, o qual gerou um aumento da tarifa média praticada em 2015 de 16,51%. Em contrapartida houve um decréscimo de 8,57% em relação aos veículos equivalentes pedagiados em comparação com o ano de 2014.

As receitas acessórias, provenientes da exploração de cabos e fibra óptica, aluguel de painéis publicitários e outras publicidades, totalizaram em 2015 R\$ 24.679, apresentando um acréscimo de 1,10% em relação ao ano de 2014.

3.2.3 Custos totais

Os custos e as despesas totais apresentaram uma queda de 0,71% em relação a 2014, perfazendo R\$ 869.002 no ano de 2015. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 122.443. O decréscimo 42,89% decorreu, principalmente, do menor investimento em melhorias (upgrade) realizados dentro do trecho de concessão da CCR NovaDutra. Os valores de investimentos da CCR NovaDutra acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Maiores detalhes no item 3.2.7.
- A provisão de manutenção é uma curva contratual para manutenção de pavimento e sinalização horizontal onde atingiu R\$ 63.535 e apresentou um aumento de 4,34% em 2015, em relação ao ano de 2014, devido ao aumento da correção de base da provisão.
- As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 217.803 no ano de 2015. O crescimento de 20,09% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação.
- Os custos contratuais totalizaram o montante de R\$ 22.692 e apresentou um aumento de 159,10% em relação ao ano de 2014, principalmente decorrente do retorno do pagamento total da verba de fiscalização à ANTT, a partir de janeiro de 2015, diferentemente dos 10% que estavam sendo pagos desde agosto de 2013, como contrapartida do reequilíbrio econômico-financeiro, em função do não reajuste da tarifa daquele ano.
- O custo de serviços totalizou R\$ 377.426, no ano de 2015, apresentando um aumento de 6,81%. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. Sendo que no item custos diretos em 2015 verificou-se uma diminuição de 3.803 em relação a 2014, justificado pela contabilização de recebimento de seguros de obras.
- O custo com pessoal atingiu R\$ 22.150 no ano de 2015, registrando diminuição de 3,90%. Essa diminuição deveu-se, principalmente, a redução no quadro de colaboradores no ano de 2015 em relação a 2014.
- Os outros custos (serviços públicos, aluguéis, marketing, viagens, e outros) apresentaram aumento de 28,76% e atingiram R\$ 42.953 no ano de 2015, principalmente devido à contabilização de maiores valores em perdas de arrecadação de pedágio e o aumento de provisões jurídicas em processos que a empresa sofreu condenação.

3.2.4 Resultado financeiro

No ano de 2015, o resultado financeiro negativo foi de R\$ 122.284, comparado a um resultado negativo de R\$ 95.486 em 2014. Houve aumento das receitas financeiras explicado, principalmente, pelo maior saldo de caixa, com conseqüente aumento do rendimento de aplicações financeiras.

As despesas financeiras aumentaram principalmente devido ao aumento do CDI médio no trimestre (+ 2,6 p.p.), o qual corrige os contratos atuais de debêntures e notas promissórias e tivemos uma forte variação cambial que em 2015 prejudicou o resultado.

3.2.5 Lucro Líquido

Em 2015, o lucro líquido atingiu R\$ 154.736, apresentando uma diminuição de 27,47% em relação a 2014. A diminuição ocorreu, principalmente, em função do menor resultado financeiro no período e da maior amortização das obras, em virtude principalmente dos itens descritos acima.

3.2.6 Dívida

Em 2015, a dívida líquida da Companhia alcançou R\$ 888.550 em comparação a R\$ 891.205 em 2014, uma diminuição de 0,30%.

Em 2015 tivemos às seguintes emissões: (i) 4º emissão de debêntures com o FI-FGTS totalizando o montante de R\$ 610.000 em abril de 2015; (ii) empréstimos 4131 (moeda estrangeira de R\$ 90.000 em abril de 2015); (iii) empréstimos 4131 (moeda estrangeira de R\$ 120.000 em outubro de 2015). No mesmo ano, liquidamos as 5ª e 6ª emissões de notas promissórias e as debêntures de 2010 e 2012.

3.2.7 Investimentos

No ano de 2015, os investimentos da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra somaram R\$ 137.512, sendo 33,80% menores que os investimentos realizados no ano de 2014. Neste ano os principais investimentos realizados foram: Marginal Sul São Paulo do km 212/SP ao km 216,5/SP, visando o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez no local, Trevo de Jacareí no Km 162 – Pista Sul (fase 1), o Viaduto de acesso a Barra Mansa - km 270,5 (RJ), Ponte Ribeirão dos Motas km 65,23 Pista Norte (SP) , entre outros investimentos citados no item 4.2.2 Capital Manufaturado, deste relatório.

3.2.9 Eventos Relevantes ao Mercado

Em 16 de abril de 2015 a CCR NovaDutra informou ao mercado, através de publicação no site da CVM, onde deixou de cobrar as tarifas de pedágio relativas aos eixos suspensos dos caminhões que trafegam pela rodovia sob sua administração. A perda de receita decorrente da referida medida legal é passível de reequilíbrio contratual, nos termos das normas que regem a concessão.

Em 08 de julho de 2015, a CCR NovaDutra informou ao mercado, através de publicação no site da CVM, onde a Companhia iniciou a cobrança de tarifa de pedágio nas cabines avançadas da praça de pedágio de Arujá – Acesso Rodoanel Leste, localizada na altura do Km 204,7 e acesso a Rodovia Presidente Dutra, sentido Rio de Janeiro.

As publicações poderão ser consultadas através do site: <http://www.novadutra.com.br/ri>.

4. Sustentabilidade

Consciente da importância que a prestação de contas e a transparência têm para a reputação e a prosperidade do negócio, O Grupo CCR vem, desde sua estruturação em 1998, adotando boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda a sociedade.

O Grupo CCR adota princípios como transparência e equidade, sendo considerado uma referência no mercado. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho de Administração do Grupo CCR, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e estratégia de crescimento da Companhia.

A estratégia do Grupo CCR em 2015 está voltada para a consolidação dos negócios conquistados, principalmente dos novos ativos integrados ao portfólio nos últimos dois anos, e na construção das melhorias necessárias para aprimorar o atendimento e aumentar a satisfação dos usuários, voltada sempre para o cumprimento das obrigações assumidas e a melhoria contínua dos processos em busca do aumento da eficiência e da redução dos custos.

A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de governança corporativa em diversas iniciativas e compromissos voluntários, tais como Pacto Global, Carbon Disclosure Project (CDP), Índice de Carbono Eficiente da BM&FBovespa (ICO2), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC) e GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas), além da parceria com a Childhood, contra o abuso e exploração sexual infantil. Em 2015, o Grupo CCR foi reconhecido, pelo terceiro ano consecutivo, pelo Guia EXAME de Sustentabilidade como a empresa modelo do setor de infraestrutura.

Seguindo tendência mundial, pelo terceiro ano, o Grupo CCR elabora seu Relatório Anual e de Sustentabilidade baseado nas diretrizes do IIRC – International Integrated Reporting Council, o qual tem por objetivo comunicar de forma concisa a estratégia, a governança, a performance e as perspectivas de uma organização, levando em consideração o contexto externo e a criação de valor no curto, médio e longo prazos.

O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais:

- Capital financeiro
- Capital social e de relacionamento
- Capital humano
- Capital manufaturado
- Capital natural
- Capital intelectual

4.1. Desempenho Social

4.1.1 Capital Social e de Relacionamento – *Stakeholders*

Atendimento

A CCR NovaDutra hoje em sua operação conta com 14 ambulâncias de resgate, 13 viaturas médicas de intervenção rápida, 4 motos de inspeção de tráfego, 16 viaturas de inspeção de

tráfego, 25 guinchos leves, 8 guinchos pesados, 4 guinchos super pesados, 3 veículos de inspeções de caminhões.

Dentre os canais de relacionamento, citamos o Sistema de Atendimento ao Usuário, que registrou em 2015: 361.956 acionamentos de recursos.

Responsabilidade Social

No ano de 2015 foram realizados pela NovaDutra 29 projetos através de recursos próprios, ISS, Lei Rouanet, CMDCA e Lei do Esporte, beneficiando mais de 316 mil pessoas. Dentre esses projetos, podemos destacar:

- Estrada para a Cidadania: Programa de Educação para o trânsito e meio ambiente para crianças de 4º e 5º ano de escolas municipais;
- Estrada para a Saúde: Programa de Saúde destinado ao bem-estar dos caminhoneiros, oferecendo exames clínicos de saúde gratuitamente. As ações ocorrem mensalmente ao longo da Rodovia Presidente Dutra;
- Buzum: Teatro itinerante que leva a magia dos bonecos para crianças do ensino fundamental, através de um ônibus com equipamentos teatrais.

4.1.2 Capital Humano e Intelectual

A CCR NovaDutra realizou diversas pesquisas durante o ano de 2015 através do Centro de Pesquisas Rodoviárias - CPR com destaque para as seguintes:

- Estudo da influência do teor de cimento portland, da energia de compactação e da umidade no comportamento mecânico da brita graduada tratada com cimento (BGTC);
- Reciclagem de pavimentos com adição de cimento Portland – Desenvolvimento de método de dimensionamento e avaliação de processos construtivos;
- Determinação do módulo de resiliência, módulo dinâmico e flow number de misturas asfálticas com diversos ligantes asfálticos e faixas granulométricas.

4.2. Desempenho Ambiental

4.2.1 Capital Natural

O Programa Estrada Sustentável tem o desafio de reunir os diversos públicos que interagem com a rodovia: municípios, empresas, terceiro setor, setor acadêmico, governos e órgãos públicos. O programa trabalha sete temas: Segurança Viária, Educação, Resíduos, Mobilidade, Infraestrutura Verde, Empreendedorismo, Saúde e Qualidade de Vida.

A CCR NovaDutra tem atuado constantemente na prevenção e diminuição dos impactos ambientais, desta maneira destacamos abaixo as principais ações:

- Aplicação de mais de 3.000 toneladas de asfalto reciclado em recuperação de pavimento;
- Implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Concessionária.
- Conclusão da revitalização do sistema de climatização nas praças de pedágios com redução estimada, no consumo de energia elétrica, de 67%, entre outros.

4.2.2 Capital Manufaturado

Visando a melhoria continua dos serviços prestados aos usuários da ViaDutra, a CCR NovaDutra investiu durante o ano de 2015 o montante de R\$ 151.648. No item 3.2.7 foi descrito as principais obras.

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

As ações de responsabilidade social da CCR NovaDutra nos renderam títulos de grande projeção dando destaque na mídia nacional. O São José Rugby Campeão foi campeão Brasileiro e o Vôlei Taubaté Campeão Paulista.

A CCR NovaDutra foi Capa do Diário de Taubaté com o 1º Concurso de Captação Inteligente de Água de Chuva objetivando a criação de um projeto de infraestrutura sustentável com menor custo de implantação.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Neste ano de 2015, marcado por realizações e conquistas, a CCR NovaDutra agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

5.3 Cláusula Compromissória

O Grupo CCR está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

5.4 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Santa Isabel, 22 de Fevereiro de 2016.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Santa Isabel - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovia Presidente Dutra S.A.

(“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC n°1 SP 276957/O-4

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo			
	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	46.793	14.772	Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	12	5.569	420
Contas a receber	7	13.170	9.190	Debêntures e notas promissórias	13	108.269	890.086
Contas a receber - partes relacionadas	9	70.540	67.663	Fornecedores	14	34.358	42.892
Impostos a recuperar		5.663	1.008	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	9	29.019	28.962
Despesas antecipadas e outras		2.903	5.760	Mútuos - partes relacionadas	9	358	20.451
Total do ativo circulante		<u>139.069</u>	<u>98.393</u>	Impostos e contribuições a recolher	15a	18.075	22.554
				Obrigações sociais e trabalhistas		5.770	6.681
				Contas a pagar com operações de derivativos	21	62.482	-
				Impostos e contribuições parcelados		1.958	1.961
				Provisão de manutenção	17	33.804	45.237
				Obrigações com o poder concedente		1.256	-
				Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		22.183	5.950
				Outras contas a pagar		<u>10.844</u>	<u>9.344</u>
				Total do passivo circulante		<u>333.945</u>	<u>1.074.538</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo							
Impostos diferidos	8b	29.761	29.370	Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	12	220.454	444
Contas a receber com operações de derivativos	21	83.801	-	Debêntures	13	542.177	-
Contas a receber - partes relacionadas	9	257	146	Mútuos - partes relacionadas	9	14.579	14.580
Depósitos judiciais		363	229	Impostos e contribuições a recolher		-	38
Outros Créditos		16	-	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	16	11.048	9.116
		<u>114.198</u>	<u>29.745</u>	Provisão de manutenção	17	187.391	147.144
				Total do passivo não circulante		<u>975.649</u>	<u>171.322</u>
				Patrimônio líquido			
Imobilizado	10	80.185	88.756	Capital social	18a	408.889	377.694
Intangível	11	1.413.783	1.471.747	Reservas de lucros	18b	28.752	65.087
Total do ativo não circulante		<u>1.608.166</u>	<u>1.590.248</u>			<u>437.641</u>	<u>442.781</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.747.235</u>	<u>1.688.641</u>
Total do ativo		<u>1.747.235</u>	<u>1.688.641</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	19	1.211.877	1.287.233
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(122.443)	(214.413)
Provisão de manutenção	17	(63.535)	(60.892)
Depreciação e amortização		(213.378)	(178.416)
Custos com obrigações poder concedente		(22.692)	(8.758)
Serviços		(325.745)	(306.259)
Custo com pessoal		(10.873)	(11.857)
Materiais, equipamentos e veículos		(5.425)	(4.495)
Outros		(18.914)	(13.111)
		<u>(783.005)</u>	<u>(798.201)</u>
Lucro bruto		<u>428.872</u>	<u>489.032</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(11.277)	(11.191)
Serviços		(51.681)	(47.103)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.419)	(1.469)
Depreciação e amortização		(4.425)	(2.950)
Outros		(18.323)	(15.127)
		<u>(87.125)</u>	<u>(77.840)</u>
Outros resultados operacionais		1.128	842
Resultado antes do resultado financeiro		342.875	412.034
Resultado financeiro	20	<u>(122.284)</u>	<u>(95.486)</u>
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		220.591	316.548
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(65.855)</u>	<u>(103.204)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>154.736</u>	<u>213.344</u>
Lucro líquido por ação básico e diluído (em reais)	18e	<u>1,2017</u>	<u>1,6568</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração de resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	154.736	213.344
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>154.736</u>	<u>213.344</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2014	360.918	11.320	8.132	40.172	-	420.542
Aumento de capital em 24 de abril de 2014	16.776	(11.320)	-	(5.456)	-	-
Distribuição de dividendos em 29 de abril de 2014	-	-	-	(12.876)	-	(12.876)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	213.344	213.344
Destinações:						
Reserva legal	-	10.667	-	-	(10.667)	-
Reserva estatutária	-	-	1.067	-	(1.067)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 28 de outubro de 2014	-	-	-	(21.840)	(149.389)	(171.229)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(7.000)	(7.000)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	45.221	(45.221)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	377.694	10.667	9.199	45.221	-	442.781
Aumento de capital em 30 de abril de 2015	18a 31.195	(10.667)	-	(20.528)	-	-
Distribuição de dividendos em 29 de abril de 2015	18c -	-	-	(14.026)	-	(14.026)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	154.736	154.736
Destinações:						
Reserva legal	18b -	7.737	-	-	(7.737)	-
Reserva estatutária	18b -	-	774	-	(774)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 27 de outubro de 2015	18c -	-	-	(10.667)	(109.085)	(119.752)
Juros sobre capital próprio	18d -	-	-	-	(26.098)	(26.098)
Reserva de retenção de lucros	18b -	-	-	11.042	(11.042)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	408.889	7.737	9.973	11.042	-	437.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	154.736	213.344
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(391)	(16.282)
Depreciação e amortização	217.803	181.366
Baixa do ativo imobilizado e intangível	1.367	309
Variação cambial s/ empréstimos e financiamentos	21.004	-
Juros e variação monetária sobre debêntures, notas promissórias, empréstimos e financiamentos	113.136	96.740
Capitalização de custo de empréstimos	(16.439)	(19.456)
Resultado de operações com derivativos (<i>fair value option</i>)	(14.261)	-
Juros sobre impostos parcelados	-	1.423
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19)	(39)
Constituição e reversão de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	6.284	7.047
Juros e variação monetária sobre mútuo e cessão crédito com partes relacionadas	2.166	489
Constituição da provisão de manutenção	63.535	60.892
Ajustes a valor presente provisão de manutenção	23.042	21.245
Variações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) dos ativos		
Contas a receber	(3.961)	2.888
Contas a receber - partes relacionadas	(2.988)	(8.068)
Impostos a recuperar	(4.655)	(642)
Despesas antecipadas e outras	2.707	(2.518)
Redução (aumento) dos passivos		
Fornecedores	(6.882)	13.213
Fornecedores - partes relacionadas	(1.644)	(1.549)
Obrigações sociais e trabalhistas	(911)	(529)
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	74.044	110.700
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(78.564)	(127.203)
Pagamento da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	(4.352)	(4.030)
Realização de provisão de manutenção	(57.763)	(55.301)
Outras contas a pagar	2.756	841
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>489.750</u>	<u>474.880</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(16.050)	(16.899)
Aquisição de ativo intangível	(122.443)	(224.157)
Outros de ativo imobilizado e intangível	1.316	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(137.177)</u>	<u>(241.056)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(143.643)	(185.155)
Mútuos com partes relacionadas:		
Captações	-	20.000
Pagamentos	(21.230)	-
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias:		
Captações	820.000	589.322
Pagamentos de principal	(850.175)	(620.431)
Pagamento de juros	(106.366)	(68.461)
Liquidação de operações com derivativos	(19.138)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(320.552)</u>	<u>(264.725)</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>32.021</u>	<u>(30.901)</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	14.772	45.673
No final do exercício	<u>46.793</u>	<u>14.772</u>
	<u>32.021</u>	<u>(30.901)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração do valor adicionado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receitas			
Receita de pedágio	19	1.168.369	1.150.439
Receita de construção	19	122.443	214.413
Outras receitas	19	41.118	43.866
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(122.443)	(214.413)
Provisão de manutenção	17	(63.535)	(60.892)
Custos dos serviços prestados		(370.208)	(331.317)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(72.044)	(63.452)
Valor adicionado bruto		<u>703.700</u>	<u>738.644</u>
Depreciação e amortização		<u>(217.803)</u>	<u>(181.366)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>485.897</u>	<u>557.278</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	<u>121.757</u>	<u>6.735</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>607.654</u>	<u>564.013</u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		15.671	16.880
Benefícios		2.466	2.068
FGTS		786	821
Outras		549	522
Tributos			
Federais		114.170	150.424
Estaduais		451	331
Municipais		59.685	58.764
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		258.653	120.364
Aluguéis		487	495
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	18	135.183	149.389
Lucros retidos do exercício	18	<u>19.553</u>	<u>63.955</u>
		<u>607.654</u>	<u>564.013</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social exclusivo, sob o regime de concessão por um prazo total de 25 anos, até 01 de março de 2021, a exploração da Rodovia BR 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Operação da rodovia e execução de obras iniciais de recuperação sem a cobrança de pedágio, o que ocorreu até 31 de julho de 1996;
- Apoio à fiscalização de trânsito, com operação de balanças fixas e móveis e sistema eletrônico de velocidade instalado ao longo da rodovia;
- Construção de marginais nas regiões da Baixada Fluminense (RJ), São Paulo (SP) e de São José dos Campos (SP), iniciada no segundo semestre de 1997 e parcialmente implementados, e construção de novos trechos de 2010 a 2014;
- Implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, instalados no segundo semestre de 1997;
- Implantação da nova pista de subida da Serra das Araras, com cronograma a ser definido pelo Poder Concedente;
- Implantação de novas obras previstas no Fluxo de Caixa Marginal, que encontra-se em discussão com o Poder Concedente.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo tem sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

c) Receitas de serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias;

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;

Receitas de construção: Segundo ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

d) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do *hedge* de fluxo de caixa.

- Contabilidade de *hedge*

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Capital Social – ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

- Capital Social - ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação de sua parcela do capital social.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

g) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “r”.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k) Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

l) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

m) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

n) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

q) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente sob o entendimento dos contratos de concessão serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados.

r) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – RI)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

s) *Demonstrações de valor adicionado*

Foram elaboradas as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da Companhia, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

t) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2015 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hedge</i>
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;

3. Apresentação demonstrações financeiras

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/14, em conversão à MP nº 627/13, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 22 de fevereiro de 2016, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
- 7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- 8b Impostos diferidos
- 10 Depreciação dos ativos imobilizados
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 16 Provisão para riscos
- 17 Provisão de manutenção
- 21 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos tem sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de moeda, de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros e/ou de moeda

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Riscos de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

- a) **Risco de crédito**

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor); (2) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (4) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 12, 13 e 21.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	5.569	220.454	-	-	-
Debêntures e notas promissórias (*)	108.269	162.138	143.000	126.000	111.039

(*) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 194.876, substancialmente compostos por debêntures, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. As debêntures têm vencimentos previstos para o ano de 2016. A reestruturação da dívida está em andamento, sendo que a Administração acredita que deve ocorrer o alongamento/substituição da dívida nos próximos meses.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e bancos	2.512	2.790
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	34.423	11.982
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	<u>9.858</u>	<u>-</u>
	<u><u>46.793</u></u>	<u><u>14.772</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, à taxa média de 99,46% do CDI, equivalente a 13,35% ao ano (10,73% ao ano em 31 de dezembro de 2014).

7. Contas a receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	9.261	4.990
Cartão de crédito visa (b)	-	1.062
Pedágio eletrônico - outros (b)	<u>3.950</u>	<u>3.198</u>
	13.211	9.250
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(41)</u>	<u>(60)</u>
	<u><u>13.170</u></u>	<u><u>9.190</u></u>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;

(b) Créditos a receber decorrentes, basicamente, de operações com cartões de crédito e vale pedágio; e

(c) A provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, baseado no histórico de perda da Companhia.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Crédito a vencer	11.830	8.383
Créditos vencidos até 60 dias	1.000	807
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	340	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	4	-
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	37	60
	<u>13.211</u>	<u>9.250</u>

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	220.591	316.548
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(75.001)	(107.626)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivo relativo ao imposto de renda	1.773	3.341
Despesas indedutíveis	(1.109)	(1.039)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(229)	-
Despesas com brindes e associações de classe	(188)	(260)
Juros capital próprio	8.873	2.380
Outros ajustes tributários	26	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(65.855)</u>	<u>(103.204)</u>
Impostos correntes	(66.246)	(119.486)
Impostos diferidos	391	16.282
	<u>(65.855)</u>	<u>(103.204)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>29,85%</u>	<u>32,60%</u>

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem as seguintes origens:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	155.684	161.567
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, previdenciários e cíveis	3.757	3.100
Depreciação e juros sobre arrendamento mercantil financeiro	1.883	1.665
Provisão para participação nos resultados (PLR)	948	1.113
Provisão para perda de investimentos	123	123
AVP de contratos de fibra óptica	37	-
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	18.008	-
Perdas em operações com derivativos	7.367	-
Outros	2.066	1.105
	<u>189.873</u>	<u>168.673</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(121.005)	(136.953)
Valor justo de operações de derivativos	(17.363)	-
Ganhos de operações com derivativos	(19.368)	-
Pagamentos de juros e principal arrendamento mercantil financeiro	(2.143)	(2.142)
Outros	-233	(208)
	<u>(160.112)</u>	<u>(139.303)</u>
Ativo diferido líquido	<u>29.761</u>	<u>29.370</u>

- a) Diferenças Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do RTT).

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados os exercícios de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações				Saldos		
	Serviços prestados	Receita	Despesa financeira	Aquisição de intangível	Ativo	Passivo	
					Contas a receber	Mútuos	Contas a pagar
Controladora							
CCR S.A. (a)	19.986	-	202	-	-	-	1.563
Outras partes relacionadas							
CPC (b)	19.615	-	-	-	-	-	1.552
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Eng. (c)	-	-	-	11.507	-	-	955
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (d)	294.762	-	-	-	-	-	24.671
CGMP (e)	-	-	-	-	70.040	-	-
Samm (f)	-	998	-	-	689	-	14
Companhia Operadora de Rodovia (g)	-	-	-	-	68	-	264
Rodoanel Oeste (h)	-	-	1.964	-	-	14.937	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2015					70.540	358	29.019
Total não circulante, 31 de dezembro de 2015					257	14.579	-
Total, 31 de dezembro de 2015	334.363	998	2.166	11.507	70.797	14.937	29.019
Total circulante, 31 de dezembro de 2014					67.663	20.451	28.962
Total não circulante, 31 de dezembro de 2014					146	14.580	-
Total, 31 de dezembro de 2014	311.352	1.321	489	25.933	67.809	35.031	28.962

Despesas com profissionais chave da administração:

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (Reapresentado) (*)
Remuneração (i):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.972	1.256
Outros benefícios:		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	617	660
Complemento de PPR pago no ano	300	1.044
Previdência privada	49	94
Seguro de vida	5	4
	<u>2.943</u>	<u>3.058</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (Reapresentado) (*)
Remuneração dos administradores (i)	768	752

(*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS, para melhor apresentação.

Na AGO realizada em 16 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.200, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Prestação de serviços por empreitada a preço global com vigência de 03 de setembro de 2014 a 26 de janeiro de 2016, cujos pagamentos ocorreram até o 10º dia do mês seguinte. O contrato será reajustado anualmente pelos índices da FGV;
- (d) Prestação de serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da Rodovia, com prazo vigente até o término da vigência do contrato de concessão, cujos pagamentos ocorrem até o 4º dia útil do mês seguinte. O contrato é reajustado anualmente de acordo com a taxa aplicada às tarifas de pedágio;
- (e) Valores de tarifa de pedágio cobrada de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- (f) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGMP;
- (g) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (h) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória - MP651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros estão sendo pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal; e
- (i) Contempla valor total à pagar de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	2014		2015			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros	Saldo final
Móveis e utensílios	4.745	-	(8)	167	-	4.904
Máquinas e equipamentos	38.185	-	(149)	6.746	-	44.782
Veículos	33.066	-	(6.796)	5.630	-	31.900
Instalações, edificações e terrenos	3.660	-	-	-	-	3.660
Equipamentos operacionais	86.235	-	(85)	16.196	-	102.346
Imobilizações em andamento	26.695	17.732	-	(31.322)	(1.316)	11.789
	<u>192.586</u>	<u>17.732</u>	<u>(7.038)</u>	<u>(2.583)</u>	<u>(1.316)</u>	<u>199.381</u>

	2013		2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.539	-	(7)	213	4.745
Máquinas e equipamentos	31.861	-	(18)	6.342	38.185
Veículos	28.296	1	(1.227)	5.996	33.066
Instalações e edificações	3.660	-	-	-	3.660
Equipamentos operacionais	85.795	-	(48)	488	86.235
Imobilizações em andamento	22.903	18.997	(57)	(15.148)	26.695
	<u>177.054</u>	<u>18.998</u>	<u>(1.357)</u>	<u>(2.109)</u>	<u>192.586</u>

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.682 em 2015 (R\$ 2.099 em 2014). A taxa média de capitalização em 2015 foi de 7,58% a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 10,19% a.a. em 2014.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Móveis e utensílios	11	(2.526)	(463)	7	1	(2.981)
Máquinas e equipamentos	17	(19.338)	(5.198)	23	1.297	(23.216)
Veículos	23	(19.019)	(5.024)	5.593	-	(18.450)
Instalações, edificações e terrenos	10	(1.582)	(1)	-	-	(1.583)
Equipamentos operacionais	17	(61.365)	(9.874)	48	(1.775)	(72.966)
		<u>(103.830)</u>	<u>(20.560)</u>	<u>5.671</u>	<u>(477)</u>	<u>(119.196)</u>

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual de depreciação %	2013	2014		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(2.087)	(443)	4	(2.526)
Máquinas e equipamentos	14	(15.052)	(4.297)	11	(19.338)
Veículos	20	(16.930)	(3.075)	986	(19.019)
Instalações e edificações	10	(1.581)	(1)	-	(1.582)
Equipamentos operacionais	11	(53.366)	(8.046)	47	(61.365)
		<u>(89.016)</u>	<u>(15.862)</u>	<u>1.048</u>	<u>(103.830)</u>

11. Ativo intangível

Movimentação do custo

	2014	2015			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfêrências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	2.341.277	136.219	-	76	2.477.572
Direitos de uso de sistemas informatizados	11.530	-	(5)	2.485	14.010
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	6.162	-	-	22	6.184
	<u>2.358.969</u>	<u>136.219</u>	<u>(5)</u>	<u>2.583</u>	<u>2.497.766</u>
	2013	2014			
	Saldo inicial	Adições	Transfêrências (a)	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura	2.108.015	233.262	-	2.341.277	
Direitos de uso de sistemas informatizados	9.807	1	1.722	11.530	
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.774	1	387	6.162	
	<u>2.123.596</u>	<u>233.264</u>	<u>2.109</u>	<u>2.358.969</u>	

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 14.757 em 2015 (R\$ 17.357 em 2014). A taxa média de capitalização em 2015 foi de 7,58% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 10,19% a.a. em 2014.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(874.695)	(194.576)	-	-	(1.069.271)
Direitos de uso de sistemas informatizados	32	(7.850)	(1.827)	5	477	(9.195)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	23	(4.677)	(840)	-	-	(5.517)
		<u>(887.222)</u>	<u>(197.243)</u>	<u>5</u>	<u>477</u>	<u>(1.083.983)</u>

	Taxa média anual de amortização %	2013		2014	
		Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Direitos de uso de sistemas informatizados	15	(6.754)	(1.097)	1	(7.850)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	17	(3.910)	(769)	2	(4.677)
		<u>(721.718)</u>	<u>(165.504)</u>	<u>-</u>	<u>(887.222)</u>

(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Instituição financeira	Taxas contratuais (% a.a)	Vencimento final	2015	2014
Em moeda nacional				
Banco Alfa de Investimento S.A.	5,50% a 7,70% a.a.	Julho de 2017	445	862 (b)
Banco Bradesco S.A.	1,14% a 2,77% a.m.	Janeiro de 2015	-	2 (b)
Subtotal em moeda nacional			<u>445</u>	<u>864</u>
Em moeda estrangeira				
1. Merrill Lynch (a)	LIBOR 3M + 1,45% a.a.	Abril de 2017	108.676	- (b)
2. Bank of Tokyo (a)	LIBOR 3M + 1,69% a.a.	Outubro de 2017	116.902	- (b)
Subtotal em moeda estrangeira			<u>225.578</u>	<u>-</u>
Total Geral			<u>226.023</u>	<u>864</u>
Circulante				
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis			5.569	420
			<u>5.569</u>	<u>420</u>
Não Circulante				
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis			220.454	444
			<u>220.454</u>	<u>444</u>

(a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através de resultado (vide nota explicativa nº 21 para maiores detalhes).

Garantias:

(b) Não existem garantias.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2015
2017	<u>220.454</u>
Total	<u><u>220.454</u></u>

A seguir especificamos as principais condições e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 09 de março de 2015, foi firmado contrato com o Bank of America em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 27 de abril de 2015, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 28.800 mil, equivalente a R\$ 90.000, com vencimento em 27 de abril de 2017, remunerado à Libor de 3 meses + 1,45% a.a.. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de swap, trocando a remuneração da dívida por 104,45% do CDI.
2. Em 10 de setembro de 2015, foi firmado contrato em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 26 de outubro de 2015, através da Lei nº 4131 do BACEN, com o Bank of Tokyo, no montante de USD 30.548 mil, equivalente a R\$ 120.000, com vencimento em 26 de outubro de 2017, remunerado à Libor de 3 meses + 1,69% a.a.. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de swap, trocando a remuneração da dívida por 104,20% do CDI.

Não há cláusulas restritivas.

13. Debêntures e notas promissórias

Série	Taxas Contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Vencimento final	2015	2014	
1. 2a Emissão - Série 1	110,50% do CDI	0,1648% (b)	1.683	Outubro de 2015	-	87.545 (d)	
1. 2a Emissão - Série 2	112,50% do CDI	0,1648% (b)	1.122	Outubro de 2015	-	58.386 (e)	
2. 3a Emissão - Série única	105,60% do CDI	N/I	-	Dezembro de 2015	-	117.675 (e)	
3. 4ª Emissão - Série única (a)	IPCA+6,4035% a.a.	N/I	-	Agosto de 2020	650.446	- (f)	
4. 5a Emissão (Notas promissórias)	104,75% do CDI	0,0873% (c)	357	Abril de 2015	-	442.765 (e)	
5. 6a Emissão (Notas promissórias)	104,90% do CDI	0,0012% (c)	1	Abril de 2015	-	183.715 (e)	
Total geral			3.163		650.446	890.086	
Circulante							
Debêntures e notas promissórias						108.269	890.343
Custo da transação						-	(257)
						108.269	890.086
Não Circulante							
Debêntures						542.177	-
Custo da transação						-	-
						542.177	-

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 21.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantias:

- (d) Flutuante.
- (e) Não existem garantias.
- (f) Garantia Real.

	2015
2017	162.138
2018	143.000
2019	126.000
2020	111.039
Total	<u>542.177</u>

A seguir especificamos as principais condições e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures e notas promissórias, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 1º de outubro de 2010, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 500.000, divididas em duas séries, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e valor nominal total de R\$ 500.000, as quais foram liquidadas em 28 de outubro de 2015.
2. Em 05 de dezembro de 2012, foram emitidas 35.000 debêntures simples, da 3ª emissão, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de R\$ 350.000, as quais foram liquidadas em 05 de dezembro de 2015.
3. Em 10 de abril de 2015, foi realizada a 4ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, no valor nominal total de R\$ 610.000 e com remuneração de IPC-A + 6,4035% a.a.. O primeiro pagamento de juros foi realizado em 11 de maio de 2015 e os demais serão pagos semestralmente, juntamente com as amortizações, as quais se iniciarão a partir de 15 de outubro de 2016, vencendo-se o último em 15 de agosto de 2020.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, a concessionária obriga-se a não contratar novos endividamentos, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4, e o ICSD seja igual ou inferior a 1,20. Além disso, compromete-se a não distribuir dividendos caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4.

4. Em 17 de abril de 2014, foi realizada a 5ª emissão de notas promissórias comerciais, no total de 82 notas, com valor nominal total de R\$ 410.000, vencimento de juros e principal em 12 de abril de 2015 e remuneração de 104,75% do CDI, as quais foram liquidadas em 12 de abril de 2015.
5. Em 27 de outubro de 2014, foi realizada a 6ª emissão de notas promissórias comerciais, no total de 36 notas, com valor nominal total de R\$ 180.000 e remuneração de 104,90% do CDI, as quais foram integralmente liquidadas em 25 de abril de 2015.

14. Fornecedores

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	20.017	27.850
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	203	154
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>14.138</u>	<u>14.888</u>
	<u>34.358</u>	<u>42.892</u>

- (a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

15. Obrigações fiscais

a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher (circulante)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
IRPJ e CSLL	-	9.040
ISS a recolher	6.513	6.456
PIS e COFINS	4.055	3.914
PIS, COFINS e CSLL Retidos	3.004	1.468
IRRF	4.009	-
INSS Retido	494	-
Outros	-	1.676
	<u>18.075</u>	<u>22.554</u>

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Não circulante	2014			2015		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização monetária	Pagamento	Saldo final
Cíveis e administrativas	8.734	3.903	(2.458)	1.745	(1.410)	10.514
Trabalhistas e previdenciários	382	187	(143)	134	(26)	534
	9.116	4.090	(2.601)	1.879	(1.436)	11.048

Não circulante	2013			2014		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização monetária	Pagamento	Saldo final
Movimento em 2014	6.099	5.556	(1.882)	1.230	(1.887)	9.116

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 2.847 e R\$ 69, respectivamente (R\$ 1.963 e R\$ 180, respectivamente em 2014).

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2015	2014
Cíveis e administrativos	15.832	16.545
Trabalhistas e previdenciários	48	530
Tributárias	10.977	12.913
	26.857	29.988

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 27.636 para os processos em andamento.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão de manutenção

	2014		2015			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	45.237	10.164	4.306	(57.763)	31.860	33.804
Não circulante	147.144	53.371	18.736	-	(31.860)	187.391
	192.381	63.535	23.042	(57.763)	-	221.195
		2013	2014			
Circulante	44.394	7.582	4.504	(55.301)	44.058	45.237
Não circulante	121.151	53.310	16.741	-	(44.058)	147.144
	165.545	60.892	21.245	(55.301)	-	192.381

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2015, são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

18. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito é representado por 128.766.186 de ações, sendo 64.383.093 ordinárias e 64.383.093 preferenciais, sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2015, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 31.195, o qual é composto da seguinte forma: R\$ 10.667 mediante capitalização de Reserva Legal, e R\$ 20.528 mediante capitalização de Reserva de Retenção de Lucros sem a emissão de ações, passando o capital social da Companhia de R\$ 377.694 para R\$ 408.889, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, sem emissão de novas ações.

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva estatutária*

É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Estatuto da Companhia, até o limite de 10% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

Em 31 de dezembro de 2015, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração (CAD) e recomendado pelo Conselho de Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2016.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos do contrato de concessão.

c. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 29 de abril de 2015, foi aprovado em Ata da Reunião do Conselho de Administração, o pagamento, pela Companhia, de dividendos intermediários, relativos à conta de parte do saldo da Reserva de Retenção de Lucros do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 14.026, correspondente a R\$ 0,11 por ação (onze centavos).

Em 27 de outubro de 2015, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no valor de R\$ 119.752, correspondente a R\$ 0,93 (noventa e três centavos) por ação, à conta de: (a) totalidade do saldo de Reserva de Retenção de Lucros do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; e (b) parte dos lucros apurados entre 1º de janeiro de 2015 e 30 de setembro de 2015.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2015, foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	154.736
(-) Constituição de reserva legal	(7.737)
(-) Constituição de reserva estatutária	<u>(774)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>146.225</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% sobre o lucro líquido ajustado	36.556
Dividendos intermediários pagos	<u>109.085</u>

d. Juros sobre capital próprio

Em 29 de dezembro de 2015, foi aprovado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 26.098, relativo ao lucro do exercício que serão pagos até 31 de dezembro de 2016.

e. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Numerador		
Lucro líquido disponível	154.736	213.344
De nominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	128.766.186	128.766.186
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	1,2017	1,6568
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$	1,2017	1,6568

19. Receitas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas de pedágio	1.168.369	1.150.439
Receitas de contrato de construção	122.443	214.413
Receitas acessórias	24.679	24.410
Receita bruta	<u>1.315.491</u>	<u>1.389.262</u>
Impostos sobre receitas	(103.442)	(101.865)
Devoluções e abatimentos	<u>(172)</u>	<u>(164)</u>
Deduções da receita bruta	<u>(103.614)</u>	<u>(102.029)</u>
Receita líquida	<u><u>1.211.877</u></u>	<u><u>1.287.233</u></u>

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e notas promissórias	(74.488)	(96.740)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(38.648)	-
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(41.069)	-
Perda com operações de derivativos	(56.802)	-
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(22.064)	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(23.042)	(21.245)
Juros sobre impostos parcelados	-	(1.423)
Capitalização de custos dos empréstimos	16.439	19.456
Juros e variações monetárias sobre mútuo e cessão de crédito	(2.166)	(489)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2.201)	(1.780)
	<u>(244.041)</u>	<u>(102.221)</u>
Receitas financeiras	(a)	
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	20.065	-
Ganho com operações de derivativos	58.983	-
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	34.144	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	8.012	5.982
Juros e outras receitas financeiras	553	753
	<u>121.757</u>	<u>6.735</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(122.284)</u>	<u>(95.486)</u>

(a) Os valores estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 221.

21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2015			2014		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	44.281	-	-	11.982	-	-
Contas a receber	-	13.170	-	-	9.190	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	70.797	-	-	67.809	-
Contas a receber com operações de derivativos	83.801	-	-	-	-	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(445)	-	-	(862)
Empréstimos em moeda estrangeira	(225.578)	-	-	-	-	-
Debêntures e notas promissórias (a)	(650.446)	-	-	-	-	(890.086)
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	-	(2)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(45.202)	-	-	(52.236)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(29.019)	-	-	(28.962)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(14.937)	-	-	(35.031)
Contas a pagar com operações de derivativos	(62.482)	-	-	-	-	-
Total	<u>(810.424)</u>	<u>83.967</u>	<u>(89.603)</u>	<u>11.982</u>	<u>76.999</u>	<u>(1.007.179)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber e contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações;
- **Financiamentos em moeda nacional e arrendamento mercantil financeiro** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos.
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados swaps trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (fair value option), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo enquanto a dívida seria pelo

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 230.934, conforme detalhado abaixo:

<u>Taxa contratual da dívida</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
Libor de 3 meses + 1,45% a.a.	104,45% do CDI	111.212
Libor de 3 meses + 1,69% a.a.	104,20% do CDI	119.722
		<u><u>230.934</u></u>

- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures e notas promissórias	-	-	890.343	892.876

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Aplicações financeiras	44.281	11.982
Derivativos	21.319	-
Empréstimos em moeda estrangeira	(225.578)	-
Debêntures	(650.446)	-

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 4ª emissão de debêntures.

A Companhia contratou operações de *swap* visando mitigar totalmente o risco cambial do fluxo de caixa de seu empréstimo em moeda estrangeira.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	(Valor de referência (Nocional) (1))				Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado				Resultado		
				Moeda estrangeira		Moeda local		Moeda local		Moeda local	Recebidos/(Pagos)	Valores a receber/ (recebidos)		Valores a pagar/ (pagos)		Ganho/(Perda) em resultado		
				2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
SWAP																		
Posição ativa	Merrill Lynch	27/04/2015	27/04/2017 (2)	USD + Libor 3M + 1,45% a.a	28.800	-	112.458	-	109.353	-	(5.135)	-	26.421	-	(10.045)	-	11.241	-
Posição passiva				104,45% do CDI	-	-	-	-	(92.977)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Bradesco	12/06/2015	17/08/2020 (3)	IPCA + 6,4035%	-	-	310.019	-	325.343	-	(7.268)	-	24.720	-	(19.528)	-	(2.076)	-
Posição passiva				101,20% do CDI	-	-	-	-	(320.151)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Votorantim	16/06/2015	17/08/2020 (3)	IPCA + 6,4035%	-	-	310.019	-	325.117	-	(7.599)	-	25.301	-	(19.062)	-	(1.360)	-
Posição passiva				100,10% do CDI	-	-	-	-	(318.878)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Votorantim	16/06/2015	17/08/2020 (4)	IPCA + 6,4035%	30.548	-	119.284	-	117.812	-	864	-	7.359	-	(13.847)	-	(5.624)	-
Posição passiva				100,10% do CDI	-	-	-	-	(124.300)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2015					851.780	-	-	-	21.319	-	(19.138)	-	83.801	-	(62.482)	-	2.181	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES									21.319	-	(19.138)	-	83.801	-	(62.482)	-	2.181	-

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.
- (2) O contrato possui vencimentos trimestrais intermediários nos meses de janeiro, abril, julho, outubro de cada ano, até o vencimento final.
- (3) O contrato possui vencimentos semestrais intermediários nos meses de abril e outubro de cada ano, até o vencimento final.
- (4) Os contratos possuem vencimentos trimestrais intermediários nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, até o vencimento final.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2015</u>
Riscos cambiais	11.241
Riscos de juros	<u>(9.060)</u>
Total	<u>2.181</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moeda estrangeiras e nas taxas de juros.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Risco	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Abril de 2017	111.212	Aumento da cotação do USD	-	(27.803)	(55.606)
Swap USD x CDI (ponta ativa)	Abril de 2017	(111.274)	Diminuição da cotação do USD	-	27.819	55.637
4131 em USD	Outubro de 2017	119.722	Aumento da cotação do USD	-	(29.930)	(59.861)
Swap USD x CDI (ponta ativa)	Outubro de 2017	(119.784)	Diminuição da cotação do USD	-	29.946	59.892
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	32	62
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				-	32	62
Moedas em 31/12/2015:						
	Dólar			3,9048	4,8810	5,8572

(1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2016 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do IPC-A	Agosto de 2020	657.171	(115.323)	(133.807)	(152.290)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2020	(328.707)	57.682	66.928	76.173
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2020	318.869	(45.472)	(56.848)	(68.226)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2020	(318.771)	57.642	66.881	76.119
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2020	328.475	(44.931)	(56.161)	(67.391)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses ⁽²⁾	Abril de 2017	111.212	(2.301)	(2.467)	(2.632)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Abril de 2017	92.248	(13.607)	(17.020)	(20.437)
Swap USD x CDI (ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses ⁽²⁾	Abril de 2017	(111.274)	2.420	2.614	2.809
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses ⁽²⁾	Outubro de 2017	119.722	(2.770)	(2.948)	(3.126)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	123.057	(18.105)	(22.645)	(27.190)
Swap USD x CDI (ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses ⁽²⁾	Outubro de 2017	(119.784)	2.873	3.077	3.280
				(121.892)	(152.396)	(182.911)

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

LIBOR 3 meses ⁽²⁾	0,6127%	0,7659%	0,9191%
CDI ⁽³⁾	14,14%	17,68%	21,21%
IPC-A ⁽⁴⁾	10,67%	13,34%	16,01%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se as taxas Libor de 3 meses, divulgados pela Intercontinental Exchange (ICE) em 31/12/2015;
- (3) Refere-se à taxa de 31/12/2015, divulgada pela CETIP;
- (4) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2015, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

22. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação e alargamento das rodovias, a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 2015 esses compromissos estavam estimados em R\$ 347.073 (R\$ 375.931 em 2014) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário.

Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura para que a mesma possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e, conseqüentemente, gerar receitas adicionais para a concessionária.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

23. Demonstrações dos fluxos de caixa

Abaixo estão demonstradas movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos respectivos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores	1.652	11.281
Fornecedores - partes relacionadas	(671)	(3.031)
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	-	14.580
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>981</u>	<u>22.830</u>
Adições ao ativo intangível	(981)	(8.250)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(981)</u>	<u>(8.250)</u>
Mútuos com partes relacionadas - captações	-	(14.580)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>(14.580)</u>

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(Companhia aberta)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho da Administração

Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Renato Alves Vale	Presidente do Conselho

Composição da Diretoria

Ascendino da Silva Mendes	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
João Daniel Marques da Silva	Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

CNPJ Nº 00.861.626/0001-92

NIRE 35.300.143.19-1

COMPANHIA ABERTA

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV, da IN CVM 480, apresentamos a V. Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2016, no valor de R\$ 180.520.000,00 (cento e oitenta milhões, quinhentos e vinte mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2016.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 180.520.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da
Companhia em 2016 R\$ 180.520.000,00

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2015 R\$ 11.042.473,18

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros R\$ 169.477.526,82

Santa Isabel, 22 de fevereiro de 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renato Alves Vale

Presidente





DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor (“Instrução CVM 480”), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 22 de fevereiro de 2016 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Santa Isabel/SP, 22 de fevereiro de 2016.

SR. ASCENDINO DA SILVA MENDES
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

SR. JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA
Diretor de Operacional

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
CNPJ 00.861.626/0001-92
NIRE 3530014319 1
COMPANHIA ABERTA

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2016**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Em 22 de fevereiro de 2016, às 13h00, na sede da Companhia, localizada na Rodovia Presidente Dutra (BR-116/SP/RJ), Km 184,3/SP, Bairro Morro Grande, Santa Isabel/SP.
- 2. PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros eleitos do Conselho de Administração da Companhia.
- 3. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Renato Alves Vale e o Sr. Antonio Linhares da Cunha, como secretário.
- 4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social e fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2015.
- 5. DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos dos Conselheiros e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, em cumprimento ao inciso (v) do artigo 142 da Lei 6.404/76 e, diante do Relatório emitido em 22 de fevereiro de 2016 pela Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes, analisaram e recomendaram à Assembleia Geral Ordinária a aprovação dos seguintes temas: **(i)** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração dos Valores Adicionados e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, todos referentes e relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os quais deverão ser publicados oportunamente, no Diário Oficial do Estado de São Paulo – Caderno Empresarial e no Jornal “O Vale”; **(ii)** revisão do orçamento de capital para o exercício social de 2016; e **(iii)** proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, tudo conforme documentos apresentados aos membros do Conselho na presente Reunião.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

CNPJ 00.861.626/0001-92

NIRE 3530014319 1

COMPANHIA ABERTA

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os acionistas presentes. Santa Isabel/SP, 22 de fevereiro de 2016. Sr. Renato Alves Vale, Presidente; Sr. Antonio Linhares da Cunha, Secretário. **Conselheiros:** (1) Sr. Renato Alves Vale; (2) Sr. Arthur Piotto Filho; (3) Sr. José Braz Cioffi; (4) Sr. Italo Roppa; (5) Sr. Leonardo Couto Vianna; e (6) Sr. Marcus Rodrigo de Senna.

Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração nº 05 às fls. 24 e 25.

Sr. Antonio Linhares da Cunha
Secretário